

Cidadania e Identidade Política na Imprensa Regência

LUCIANA DOS SANTOS RODRIGUES*

Este trabalho toma luz diretamente a partir das discussões de Keith Michael Baker sobre a experiência do conceito de opinião pública e sua cunhagem ainda no século XVIII (BAKER, 1987). Baker procura entendê-la como uma construção política em que atuam os diversos atores do período de crise absolutista do século XVIII, consolidando-a como entidade conceitual e entrando em disputa pela legitimidade pública. Mais do que uma função sociológica específica, a opinião pública deve, então, ser entendida como uma construção daquele contexto, fruto das discussões pelo seu uso, controle e legitimidade. A circulação cada vez mais abrangente de panfletos e brochuras políticas apresentava-se como um dos elementos de desestabilização e desagregação, despertando o interesse político do público, e dando dimensão jamais vista aos debates parlamentares e seus conflitos.

O paralelo com o período regencial brasileiro levanta questões a respeito de sua ativa imprensa e as idéias discutidas por ela. Não apenas a própria imprensa construía-se e procurava legitimar-se naquele momento, mas os próprios conceitos políticos que eram moldados, apropriados e debatidos em suas páginas contribuíam para a construção da idéia de uma opinião pública imperial.

Marco Morel vê, com a abdicação de Dom Pedro I, uma tomada da imprensa pelas ruas, momento em que a balança que equilibrava a autoridade monárquica e a autoridade pública pendera para consolidar a opinião pública como instância principal de soberania. É no primeiro período da Regência, de 1831 a 1834, que o autor identifica a existência da preocupação por parte dos redatores em construir a imagem de um público leitor que se aproximasse da elite intelectual e dirigente do Império, voltando-se para o diálogo – ou o conflito – com os grupos dirigentes (MOREL, 2005). Morel sublinha o paradoxo da formação da opinião pública brasileira que se deu na tentativa de constituir-se enquanto entidade de uma nação moderna, como desenvolvimento da

* Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, e aluna do Mestrado no Programa de Pós-graduação em História da mesma Instituição.

Razão e condução dos homens de letra, mas manteve-se atrelada a relações arcaicas, e comunicações de Antigo Regime.

Também desta forma entendemos as discussões impressas sobre cidadania e nação. A missão pedagógica da qual se achavam imbuídos os periodistas políticos nas primeiras décadas imperiais davam às batalhas discursivas que travavam não apenas colorações políticas mas traziam em si a compreensão da nação brasileira que pretendiam delinear, e a imagem de seu corpo de cidadãos. A discussão de idéias sobre cidadania, povo e nação desempenhada pelos redatores não está dissociada do aprendizado prático da cidadania por eles e pelo povo miúdo, assim como pelos mais altos escalões da política regencial. Estas palavras encontram eco no público, e muitas vezes são elas mesmas invadidas pela rua. A abordagem da questão da mestiçagem nas páginas impressas demonstra de modo privilegiado a forma como a realidade imperial ergueu-se às discussões sobre a liberdade e a igualdade naquele momento. Não como idéias fora do lugar, mas lidas e interpretadas pelos atores sociais através do próprio contexto em que viviam.

Dentre os diversos âmbitos discutidos fervorosamente pelos impressos políticos no período da Regência trina, a perspectiva racial da cidadania foi um dos que se destacou. Além de estar presente em artigos de importantes jornais exaltados, como *O Exaltado*, ou *A Nova Luz Brasileira*, foi também inspiração de não poucos títulos. *O Mulato ou O Homem de Cor*, *O Filho da Terra*, *O Carioca*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, são apenas alguns dos títulos que privilegiaram a dimensão racial da cidadania em suas páginas. A construção da imagem da nação, e do corpo político dos cidadãos não foram discussões perdidas de vista por estes periódicos. Com o objetivo de ilustração dos pontos aqui discutidos, privilegiaremos trechos de *O Mulato ou O Homem de Cor*, publicado na corte entre 14 de setembro e 4 de novembro de 1833, e *O Carioca*, periódico fluminense editado entre 17 de agosto de 1833 e 21 de janeiro de 1834. Os dois já analisados por alguns autores, análises essas que serão de extremo valor para a idéia aqui desenvolvida.

Concomitantemente ao esforço da criação da imagem do homem nacional e às discussões a respeito de cidadania e liberdade daquele período, nota-se a utilização dos

espaços abertos por estes discursos pelos próprios elementos de cor em busca da consolidação de sua própria cidadania.

Gladys Ribeiro, dedicando-se ao período do processo de Independência brasileira, analisou o sentido de que eram carregadas as classificações de “portugueses” e “brasileiros”. Construídos em meio às disputas políticas, “portugueses” ou “brasileiros” tinham, sobretudo, significados políticos, e designavam aqueles contrários à Causa do Brasil, e aqueles amigos da Causa da Liberdade, respectivamente. Elemento importante na construção das identidades políticas neste momento, o antilusitanismo teria posição fundamental na construção histórica do brasileiro como aliado natural da liberdade. A nação brasileira se ergueria, então, contra a imagem do “outro”, do português tirano, conferindo um importante elemento de coesão identitária e de conversão de interesses aos brasileiros (RIBEIRO, 2011).

A leitura dos periódicos políticos regenciais demonstra que, ainda nos anos de 1830, a reafirmação do inimigo português era recurso vívido nas acusações políticas entre os grupos. A identificação de um grupo político ou outro com a imagem do verdadeiro brasileiro amigo da liberdade revela a construção cotidiana do “outro”, naquele contexto reforçado pela Abdicação de Dom Pedro I, o Imperador “português”;

“... fazer a decente, e necessaria opposição ao Governo, oppor hum invencivel baluarte á ignominiosa e aviltante restauração do Duque de Bragança, procurando reunir em sò feixe os Brasileiros, que desgraçadamente se acham divididos, e cada vez mais enfraquecidos”. (*O Carioca*, nº 1, 17 de agosto de 1833).

Ao lado deste estrangeiro, Hebe Mattos percebeu, ainda, que as discussões das leis antitráfico na década de 1830 contribuíram para que se erigisse a imagem do “africano” como elemento homogêneo, por todas as autoridades visto como perigoso para a formação da Nação brasileira, mas imprescindível ao desenvolvimento econômico e ao domínio social de seus senhores (MATTOS, 1999 e 2009)

No espaço entre as imagens destes dois estrangeiros, o africano e o português, é construída a imagem do brasileiro. Nem absolutista e retrógrado quanto o Velho Mundo português, nem bárbaro e incivilizado quanto os africanos. Assim como se construiria a

imagem do brasileiro amigo da liberdade, o espaço entre os dois extremos contribuiu para a tentativa de ascensão simbólica do mulato como signo da nacionalidade:

“... ninguém os excede em amor ao lugar em que nascerão, ninguém lhes he superior em affetto à liberdade, os homens de cor não querem despotismo nem de Pedro, nem de moderados, querem so a liberdade, e a igualdade, querem a sua patria livre das arpias, que não contentes com os melhores lugares da Nação os querem escravizar enredando-os, e tornando-os, odiosos para reduzi-los a triste condição dos da America do Norte, se elles excitados por tanta impunidade sahirem á campo a reivindicarem os seus direitos”. (*O Carioca*, nº 3, 30 de agosto de 1833).

Christiane Laidler encarou estes periódicos como sinais de uma integração e valorização do elemento mestiço, que implicava na “construção de um ideal de povo cidadão multirracial em oposição ao domínio estrangeiro” (LAIDLER, 1993). Sublinhando não apenas a distinção entre livres e escravos pela importância da liberdade para o exercício da cidadania, este discurso nacionalista teria reafirmado a distância entre mulatos e negros, enquanto um era incluído e o outro excluído na construção na imagem da nação brasileira. Não podemos concordar com essa autora quando esta classifica o discurso nacionalista como “luta necessária para romper as barreiras vigorosas do preconceito racial” (LAIDLER, 1993), mas sim o entendemos como emplastro homogeneizante ao Brasil recém-independente, necessitado de um cimento que mantivesse o Estado.

Ivana Stolze Lima, acertadamente, caracterizou o início do período regencial como momento de disputa pelas identidades, acirrada pelos embates políticos sobre liberalismo e cidadania. Tanto a própria identidade brasileira, quanto as identidades referidas às cores dos cidadãos carregavam em si as disputas políticas daquele momento a respeito da cidadania (LIMA, 2003). Ser mulato era mais do que ser mestiço biologicamente. Apresentar-se como tal na Imprensa periódica tinha, antes de tudo, sentido político. Para a autora, a publicação de um jornal naquele contexto tinha o caráter de um batismo político, e uma “imprensa mulata” estenderia as discussões a respeito da cidadania. Numa abordagem mais preocupada com a historicidade das construções discursivas, dos termos e das disputas, Lima enfatiza as disputas políticas em torno dos termos raciais e seus significados políticos dentro das discussões sobre o

cidadão do Império. Não negando o espaço de ação política que a imprensa representou, entendeu que a mestiçagem foi revestida de uma polissemia (LIMA 2003). Os valores e atributos do cidadão mulato conformariam, sobretudo, uma identidade política, e não racial. Desta forma, quando analisa o argumento de alguns jornais pela extinção das divisões por cor entre cidadãos, o define primordialmente como parte do contexto das discussões liberais, e não como luta racial. A leitura das fontes é esclarecedora neste sentido. A partir dela percebe-se que a identidade de mulatos também fazia parte do jogo político de disputas entre moderados, exaltados e restauradores, e não era pouco utilizada neste sentido:

“Quando se ha mister dos homens, todos somos patricios, a terra he nossa, fingem-se cartas de liberdades, forças no Arsenal; quando servidos; mulatos e pretos tomai vosso lugar, sois maioria atrevida, gente de xinelo e cacete. Saiba o Presidente moderado, que os Exaltados e os brancos não moderados vivem em harmonia e nada se lhes dá de serem comandados por muitos das classes heterogeneas, e nesta lucta vergonhoza a balança em favor das raças desprezadas nem que não desprezíveis” (*O Mulato ou O Homem de Côr*, nº 1, 14 de setembro de 1833).

Nota-se, ainda, que, ao mesmo tempo em que se abririam as brechas na discussão sobre a cidadania para o elemento mulato, definiriam-se também os contornos deste personagem. O mulato valorizado não seria qualquer um, mas sim aquele liberal, cristão, amigo da ordem, podendo ser militar, ou mesmo desempenhar uma função pública, mas jamais aproximado ao elemento escravo (LIMA, 2003) Em suma, a imagem erigida do cidadão mestiço por estes jornais era, sobretudo, uma imagem que encarnava as exigências do cidadão brasileiro desde à época da Independência, como afirmou Gladys Ribeiro, e que, no período regencial, estendiam para si.

“... os homens de cor, esta classe respeitavel pelo seu nacionalismo, talento e virtudes não ha de cahir no engodo, o Carioca está disposto a encaminha-los, não lhes ha de acontecer, o que coube por sorte aos d'America Septentrional...”. (*O Carioca*, nº 3, 30 de agosto de 1833.)

A partir desta perspectiva, os mulatos não são aqui encarados como meras desinências de mestiçagem biológica, mas como termos com significados históricos que remetem diretamente aqueles debates políticos. Ressalta-se desta forma, a importância de historicizar determinados conceitos, percebê-los em seus contextos, assim como proposto por Ivana Lima. Procurando o entedimento histórico das construções raciais no Brasil, Hebe Mattos ressaltou que o discurso sobre a cidadania apoiou-se diretamente na manutenção da escravidão, e na reafirmação da liberdade enquanto traço distintivo naquela sociedade, outras vias de exclusão foram utilizadas nas delimitações do corpo de cidadãos imperiais. Enquanto se complexificava a existência de numerosa população livre de cor, a manutenção da exigência do nascimento ingênuo aos eleitores de terceiro nível na Constituição de 1824, ao lado das regras censitárias, continuaria por excluir da cidadania um grande contingente da população livre (MATTOS, 1999 e 2009). A racialização pura e simples da justificativa da Império de mulatos apenas afirmaria o destino bárbaro do Império Ilustrado brasileiro, o que de forma nenhuma fariam as elites intelectuais e senhoriais.

Mesclando as novas discussões sobre o liberalismo às suas concepções de uma sociedade tradicional calcada nas distinções sociais, o que trazem à tona é um alargamento do debate sobre a cidadania, não como direito dos mestiços enquanto grupo racial, mas sim como inserção desta temática na discussão pública sobre o cidadão. As discussões sobre a cidadania expressaram as preocupações com a manutenção da ordem e da hierarquia social numa sociedade erigida sobre as estruturas escravocratas.

Keila Grinberg, analisando as discussões na Assembléia Constituinte de 1823, antes de sua dissolução, percebeu a importância da definição de quem seriam os cidadãos brasileiros. Acompanhando a liberdade, apenas os direitos civis seriam de acesso a todos os cidadãos do Império – mesmo libertos –, enquanto os direitos políticos restringiriam-se aos proprietários do Brasil. Assim, a discussão se dava tanto “por conta do ‘novo pacto social’ que então se gestava, quanto como forma de manutenção da tranquilidade pública”(GRINBERG, 2002).

A igualdade de direitos pretendida pelos periódicos aqui enfocados dizia respeito, especialmente, à desracialização da cidadania, no sentido de garantir os direitos civis a todos cidadãos, logo livres, do Império. Ao trazer em sua epígrafe o pronunciamento do Presidente da Província de Pernambuco que defende a existência de

“classes heterogêneas” no Império, o periódico *O Mulato ou O Homem de Côr* faz desta idéia seu principal alvo de críticas, e o que se percebe é a luta pelo silenciamento em relação a cor da pele na definição da cidadania brasileira (MATTOS, 1998), e não a exaltação racial do mulato como merecedor de posição destacada. Ao lado do pronunciamento do Presidente de Pernambuco, *O Mulato ou O Homem de Côr* faz questão de exaltar o artigo da Constituição imperial que afirma que “todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos publicos civis, Politicos, e Militares, sem outra diferença que não seja a de seos talentos, e virtudes” (Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824), e afirma:

“Debalde dizemos nós, quer o Prezidente e seos asseclas não confundirem as classes, a diferença entre nós está na razão da sciencia e da virtude entre a estupidez e o vicio: o titulo 2.º da Constituição marcando os Cidadãos Brasileiros não destinguio o roxo do amarello o vermelho do preto, mas o dictador Zeferino (...) ouzou em menos cabo da grande Lei cravar agudo punhal em os peitos brasileiros”. (*O Mulato ou O Homem de Côr*, nº 1, 14 de setembro de 1833).

O argumento não corresponde a qualquer discurso igualitário revolucionário, mas sim traduz as exigências das idéias liberais em extinguir os estatutos que sustentavam o privilégio da nobreza em bases sanguíneas e religiosas. Os monopólios e hierarquias não seriam, em si, apagados, mas teriam novos fundamentos na discussão sobre a cidadania. A igualdade reivindicada passaria pelo silenciamento em relação a cor do cidadão, visto que a posse de sua liberdade traria a homogeneidade prevista pela Constituição à cidadania brasileira.

Entendemos que os escritos políticos dos periódicos mestiços regenciais não representaram um grito contrário às discriminações raciais de forma absoluta. O perigo de entendê-los como início de uma luta negra no Brasil recai sobre o descompromisso com a história dos significados, e da contextualização das idéias políticas.

Ao inserirem-se naquele momento de construção da esfera pública nacional, estes redatores tanto levaram demandas que já existiam nas ruas para suas páginas, quanto afirmavam-se como parte do debate sobre a cidadania e a nação brasileira que desejavam desenhar.

Incluindo seu argumento pelo silenciamento da cor na sua definição de cidadania, *O Carioca* equipara a proposição do Presidente da Província de Pernambuco pela divisão dentro da Guarda Nacional a uma medida, fundamentalmente, antibrasileira:

“... nós não vamos crear partidos, vamos sustentar a Lei; vamos deffender nossos direitos; vamos marchar com os principios de sete de Abril; vamos fazer guerra porem guerra justa, a esses que outr'ora, infalveis em clubs, certos em planos, maquinarão a ruina da Patria, a divisão das classes, a destruição das Leis, e se exforçavão para hum Paiz Novo...” (*O Carioca*, nº2, 22 de agosto de 1833).

O argumento em defesa do acesso dos homens de cor a direitos que a Constituição os assegurava vestiu de sentidos políticos acontecimentos, demissões ou assassinatos de homens de cor ligados à imprensa ou à política naquele período. Quando em setembro de 1833, o filho do Regente Lima e Silva, Carlos Miguel de Lima, assassinou o redator do jornal *O Brasil Afflicto*, José Clemente de Oliveira, *O Mulato ou O Homem de Côr*, assim como diversos outros jornais mulatos, estava pronto a atribuir significados políticos ao crime. Enquanto Evaristo da Veiga, na *Aurora Fluminense*, reconhecidamente um dos maiores nomes moderados na imprensa, procurava abrandar a repercussão do ato, atribuindo feições de motivações particulares e familiares, o jornal pardo não poupou palavras que o denunciassem.

Os tumultos que seguiram o cortejo do enterro do redator também foram revestidos de significados políticos pelo jornal, que descrevia a todos os atos dos militares e do governo como perseguição moderada não só aos exaltados, como também aos mulatos. O acompanhamento de uma tropa de permanentes ao cortejo era, por si só, motivo para que o redator anônimo bradasse palavras ferozes contra o governo:

“Com magoa o disemos, em o dia 26 do Corrente os amigos e de mais homens que aborrecem os crimes tendo concorrido a casa do R. do Brasil Afflicto a prestarem o ultimo acto de Relegião, uma patrulha de permanentes comandada por hum official apparecera para perturbár a boa ordem que reinava entre o Povo apinhoado, carregando as pistolas e desembainhando espadas [...]”. (*O Mulato ou O Homem de Côr*, nº 3, 16 de outubro de 1833).

Uma prisão ocorrida no enterro do redator do Brasil Afflicto, sem dúvida, foi revestida dos maiores significados políticos por aqueles redatores mulatos que debatiam publicamente suas idéias. A prisão de Maurício Jozé de Lafuente, em 19 de outubro de 1833, ganhou grande dimensão na imprensa, e foi revestida em bandeira pela desracialização da cidadania, não só pelo *Mulato ou O Homem de Côr*, mas também por outros jornais mestiços. Dedicando seu 4º número totalmente ao acontecimento, o periódico tratou de explicar aos leitores as motivações para sua captura. Mesmo sendo “verdadeiro americano”, Lafuente seria constantemente atacado pelos impressos do governo, tendo sido até classificado como “bode negro” (*O Mulato ou o Homem de Côr*, nº 4, 23 de outubro de 1833). O artigo desqualifica os motivos apresentados para a prisão do patriota, e afirma que este andava armado pelo risco de vida que corria, e após ter conseguido o direito através da lei. A verdadeira motivação seria a sua cor mulata, e seu patriotismo latente. A perseguição aos homens de cor e aos exaltados foi vista pelo periódico como estratégia do governo para desarticular seus opositores, estratégia esta que *O Mulato ou o Homem de Côr* qualifica como frustrada, já que “o homem de cor, que ama sua Patria, e protesta morrer pela igualdade das leis, não muda de partido, a vista de taes arbitrariedades, elle se enraivesse...”. (*O Mulato ou o Homem de Côr*, nº 4, 23 de outubro de 1833).

Percebe-se, assim, que as lutas entre moderados e exaltados tomaram também a forma de luta entre amigos dos homens de cor e seus inimigos nas páginas deste periódico, o que realça aos olhos os sentidos políticos das identidades raciais no período. As mesmas rivalidades que delinearam “portugueses” e “brasileiros”, delinearam as identidades políticas raciais em torno das discussões sobre cidadania e nação nos primórdios do Império. O antilusitanismo que construiu o português como inimigo, construiu também o português adotivo, conforme o comportamento a favor da causa da Liberdade. Da mesma forma, a oposição aos moderados traçava nos periódicos exaltados uma ligação direta entre mulatos e exaltados, o que não queria dizer uma coincidência total entre um e outro. As batalhas identitárias carregavam em si os símbolos das disputas políticas do período e foram usadas por todos os grupos em benefício próprio. *A Baboza*, jornal publicado entre 4 setembro e 12 novembro 1833, argumentava pela desracialização da cidadania e não identificava-se ao grupo exaltado. Ivana Lima chegou a classificar o periódico como “restaurador”, o que sublinha a

fluidez e as direções mutáveis na utilização destas identidades como argumentos naquele jogo político.

O Mulato ou O Homem de Côr não permitiria que o governo moderado atentasse daquela maneira contra os mulatos amigos da Liberdade, patriotas e cidadãos:

“Enganão-se os moderados, outra vez o disemos, o homem de cor que respeita sua Paria, que ama a sua Constituição, e a sua Liberdade; o homem de cor que tem tido athe aqui constancia para arrostrar todos os perigos causados pela ambição, e pelo orgulho d'aquelles que quasi lacrimosos se lançarão entre nossos braços [...] defendendo deste modo a Constituição, e a liberdade, não volta o rosto ao ver hum Soldado dahir das suas fileiras passado de huma balla inimiga [...]”. (*O Mulato ou o Homem de Côr*, nº 4, 23 de outubro de 1833).

A linguagem racial da política indicou, assim, o contexto de intensos debates e disputas em torno da imagem do cidadão e dos significados políticos do mulato e do branco. Apesar de um discurso inclusivo, e da presença de diversos mulatos nos altos níveis da política, foi objetivo mostrar que a cidadania, no período, foi traçada sobre bases que sustentavam distinções e hierarquias sobre o discurso liberal.

Estavam em jogo nos debates impressos da época idéias contrastantes sobre a cidadania, a nacionalidade, e a soberania do Império, que eram vistas de maneiras distintas por redatores, parlamentares, e experimentadas de forma distinta pelo povo nas ruas, através de suas próprias interpretações da liberdade.

A Imprensa teve papel destacado na difusão de um novo vocabulário político que não só ajudou a formar uma nova cultura política liberal, como também, serviu para a própria delimitação dos grupos da época. Do mesmo modo, as discussões impressas do Brasil recém-independente serviram de conformador e aprendizado da nova nação que se erigia. A missão pedagógica destes redatores passava também por delinear suas idéias a respeito do corpo nacional e dos cidadãos, o modelo de cidadania e a imagem que a Nação brasileira deveria ter a partir de sua Independência e, principalmente, a partir da abdicação de Dom Pedro I, o imperador “português”.

A presença do elemento mulato nesta imagem nacional diz respeito não só a realidade concreta da existência de mulatos na política e na imprensa brasileira no período Imperial, mas principalmente ao modelo de mulato que o projeto nacional se

orgulharia em ter. Pautado pelo modelo de cidadão liberal, amigo da Pátria, este mulato em nada se aproximaria da realidade escusa da escravidão. O discurso igualitário da comunhão das três raças que já aparece em algumas páginas mascara, assim, a verdade da manutenção de hierarquias e distinções sobre novas bases constitucionais.

Bibliografia

BAKER, Keith Michael. “Politique Et Opinion Publique sous l’Ancien Régime”. In *Annales ESC*. Paris, v.1, n. 42, jan-fev 1897. p. 41-71.

BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Bastos Pereira das (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila . *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 20 v. n°. 57: 28-38, fevereiro/2005.

LIMA, Ivana Stolze . *Cores, marcas e falas. Sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,. 1998.

_____. “Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

_____.; BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de . *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SOUZA, Christiane Laidler de. *Mentalidade escravista e abolicionismo entre os letrados da Corte (1808 – 1850)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1993.